

Líderes acham que Congresso em atividade garante eleições

BRASÍLIA — Preocupadas com a possibilidade de que a confirmação das previsões de hiperinflação ponham em risco a realização das eleições presidenciais de 15 de novembro, as lideranças partidárias decidiram sentar à mesa de negociação, para definir os pontos prioritários da nova Constituição que necessitam de regulamentação urgente. A ideia é manter o Congresso atuante mesmo durante a campanha eleitoral, na convicção de que instituições fortes são a maior garantia contra retrocessos.

“Com o Congresso Nacional aberto, funcionando, e o povo nas ruas, engajado, teremos o antídoto para qualquer tentativa de golpe”, explica o deputado comunista Eduardo Bonfim (PC do B-AL), ao sustentar a tese de que as eleições estão garantidas, por mais sombrias que sejam as previsões de agravamento da crise econômica. O objetivo do esforço concentrado que as lideranças do Congresso vão promover será atender às necessidades imediatas do cidadão, da sociedade e do Estado, através de dispositivos da Constituição que ainda não entraram em vigor por falta de regulamentação.

“Congresso forte é aquele que legisla para pôr em prática sua Constituição”, diz o líder do PT na Câmara, Plínio Arruda Sampaio. A iniciativa, na verdade, partiu do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Ele defende um programa mínimo comum formulado pelos diversos

partidos, que seria assumido pelos candidatos a presidente da República.

Estabilidade — “As negociações ainda estão incipientes, mas temos conversado muito no sentido de que, para fazer mudança, como propõem os candidatos, é preciso primeiro assegurar o plano de fundo dessa mudança. E preciso estar estável para poder mudar e, daí, a necessidade de um processo institucional tranquilo”, explica Jobim.

Diante dessa constatação, o deputado Nelson Jobim fez um levantamento das leis ordinárias e complementares prioritárias, na regulamentação da nova Constituição. São 45 pontos, que vão desde os direitos individuais e coletivos até a ordem econômica e tributária. Estão na lista questões como: critérios para desapropriação; pequena propriedade rural; participação dos empregados no lucro das empresas; limite máximo de remuneração dos servidores públicos; regras do processo legislativo; Código de Defesa do Consumidor; Código Tributário Nacional; e a lei sobre Sistema Financeiro Nacional, além de prazos para repasse de receitas tributárias dos estados para os municípios.

O levantamento foi entregue à presidência da Câmara, que anexou os projetos que tramitam na Casa sobre os temas relacionados e os enviou às lideranças. Mesmo que haja acordo para votação das propostas de regulamentação da Constituição, o deputado Nelson Jobim não se ilude: “Até as eleições, teremos no máximo uns dez

textos votados. O que já será muito bom, mas não passa de 10% das prioridades mais imediatas para o Estado e o cidadão.”

Eleições, sim — Entre os entusiastas do pacto antiinflação entre Congresso e Executivo, como o líder do PMDB, senador Ronan Tito, há crença de que não há crise que impeça a sucessão presidencial. “Vamos ter eleições, sim”, garante. “O pânico está no meio financeiro, não entre nós.”

Para justificar seu otimismo, Tito argumenta: “Há produtos agrícolas estocados e, portanto, a ameaça de desabastecimento não existe, a menos que todos resolvam estocar alimentos. Ainda há crédito na moeda, temos reservas cambiais e os títulos do governo têm liquidez.”

O presidente do Senado, Nelson Carneiro (PMDB-RJ), admite que “se continuarmos nesse ritmo, a hiperinflação é uma fatalidade”. Mas ressalta que a situação do Brasil é bem diferente da que assola a Argentina. “Temos um parque industrial, uma agricultura capaz de atender ao mínimo de exigência de alimentação do povo e reservas cambiais de 6 bilhões de dólares.”

Embora constataste que “a síndrome do pânico está tomando conta do pequeno investidor”, o líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho aponta sinais de vitalidade: “Ainda não temos a nossa indústria sucateada, a economia está próxima do regime de pleno emprego e o setor de exportação está em crescimento.”